

## **RESPOSTAS AEJ – 2024 – José Antonio Parimoschi**

- 1. A partir da promulgação do Marco Legal do Saneamento Básico, Lei 14.026 de 15/07/2020, as cidades devem começar a cobrar tarifas e taxas sobre os serviços de poda de árvores, varrição de ruas, limpeza de bocas de lobo, abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. Quais as iniciativas do seu governo para o atendimento desta lei sem onerar o contribuinte?**

RESPOSTA: Jundiaí sempre esteve na vanguarda no tema saneamento. Segundo o Instituto Trata Brasil (ITB), Jundiaí é a 11ª cidade do País e a sexta cidade no Estado de São Paulo com melhor saneamento. O ranking considera indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). O atendimento com redes de água é de 99,63%, para população urbana e rural, e de 98,79% para redes de esgoto. O Plano Municipal de Saneamento está sendo atualizado de acordo com a Lei n.º 14.026/2020, mas ele existe desde 2017, quando foi editada a Lei n.º 11.445/2017. É importante considerar que os serviços de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgotos são monitorados, inclusive no que se refere às tarifas, pela Agência ARES-PCJ e os demais serviços, de coleta e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem, têm seus custos suportados pela taxa de lixo, instituída pela Lei Complementar n.º 170, de 20/11/1995.

**2. Considerando que GESTÃO é um conjunto de princípios relacionados às funções de planejar, organizar, dirigir e controlar; GOVERNANÇA CORPORATIVA é o conjunto de práticas, normas e processos que regulam a maneira como as organizações são gerenciadas e controladas e que COMPLIANCE, é o conjunto de procedimentos e regras que têm como objetivo manter a organização em linha com as normas vigentes e a ética. O que pode comentar ou esclarecer do ponto de vista da sua Gestão, quanto à partidização da administração municipal, em prejuízo de seus quadros técnicos, prejudicando a Gestão, Governança e Compliance?**

RESPOSTA: Nós vamos conduzir a gestão baseada numa estrutura de governança extremamente profissionalizada que premia mais eficiência na máquina pública, que prevê compliance na atuação da alta administração e que tem a sustentabilidade da ocupação dos espaços por critérios exclusivamente técnicos.

Quando assumimos a gestão, em 2017, implantamos uma reforma administrativa orientada para resultados e pautada em plataformas de gestão entre áreas afins, como, por exemplo, a Plataforma de Desenvolvimento Sustentável, composta por Planejamento Urbano e Meio Ambiente, Serviços Públicos, Mobilidade e Transporte, DAE e Fundação Serra do Japi. Essa estrutura veio acompanhada de uma otimização dos cargos, inclusive chefias, para que sejam indicações pertinentes às competências do cargo, muitas delas ocupadas hoje por servidores públicos de carreira. Do quadro anterior para o início da gestão de 2017, tivemos uma redução aproximada de 30% no número de cargos comissionados.

Em 2021, publicamos um decreto de governança (Decreto 29.732/2021, que posteriormente foi alterado pelo Decreto 32.066 de 26 de outubro de 2022) que prevê também a implantação de um comitê executivo que, entre outras funções, propõe medidas para melhorar cada vez mais este novo modelo de governança implantado. O comitê é composto por gestores que atuam na plataforma de Governança, Finanças e Transparência.

É assim que pretendo gerir o Município e conduzir um processo de governança com a sociedade civil, baseado em critérios técnicos e sensibilidade com as necessidades reais de ocupação dos cargos em prol de uma gestão sustentável.

**3. Temos conhecimento através de relatos de profissionais que existem servidores públicos municipais que oferecem seus serviços para aprovação de projetos de maneira mais célere, colocando em desvantagem os demais profissionais. Como pretende tratar deste tema em sua administração?**

RESPOSTA: Quando essa prática passa do limite previsto em lei e tem a comprovação que houve uma atuação fora daquilo que estabelece a legislação, o profissional vai ser punido dentro do que a lei prevê. E vamos atuar com todo rigor nesse sentido, para que tenhamos lisura e transparência no processo e participação dos profissionais de maneira equânime.

Para evitar essas ocorrências, desenvolvemos o Sistema de Aprovação Eletrônica de Projetos de Obras (SAEPRO), que contempla os projetos de acordo com a sua integridade. E que temos o objetivo de aperfeiçoar.

**4. É notório que a quantidade de servidores públicos municipais está aquém do necessário para uma prestação de serviços eficiente por parte da Prefeitura. Você pretende, pelo menos, repor os cargos abertos de fiscais, técnicos e engenheiros?**

RESPOSTA: Nas áreas que foram consideradas prioritárias, principalmente saúde, educação e segurança, houve ampliação do quadro de funcionários. As demais reposições precisam ser feitas, de acordo com a programação da própria Unidade de Gestão e da disponibilidade de recursos no orçamento, de forma que sejam observados os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal. Lembrando que a eficiência pode ser aumentada também com inovação tecnológica, que é algo que estamos buscando. Segundo a quantidade de servidores que tínhamos no início da gestão e a posição de hoje, o nosso único déficit é o de 03 cargos de Engenheiros, que pretendemos resolver nos próximos meses. Os demais cargos, como Técnico de Segurança, Técnico de Construção Civil e Técnico de Meio Ambiente, por exemplo, estão com saldo positivo. Desde o início da gestão, sempre repusemos as exonerações e aposentadorias ocorridas.

Temos a necessidade de observar cada uma das áreas da Prefeitura para que elas tenham quadros suficientes, combinados com a atuação da tecnologia. A tecnologia é fundamental, porque ela sempre melhora os processos internos e, nesse sentido, conseguimos ter a melhor entrega para o cidadão. Então, em havendo a necessidade, a ideia é fazer a reposição, sim.

**5. Além das ferramentas existentes na Prefeitura (Saepro, Geoportal, etc.), você pretende criar/implementar outras tecnologias com a finalidade de aumentar a eficácia da máquina pública?**

RESPOSTA: Nós vamos trabalhar, inclusive, fazendo parcerias com empresas que já têm expertise na melhoria de processos para que possamos trazer aquilo que tem de mais moderno para dentro da Prefeitura. Acredito que o portal da Prefeitura tem que ser dinâmico e muito mais ágil do que é hoje, além de estar integrado com as ferramentas utilizadas hoje pelas pessoas que estão nas redes sociais. Ou seja, tem uma dinâmica que mudou a relação de uso do canal de prestação de serviço público e nós estamos trabalhando com essa nova vertente.

Ou seja, temos que aumentar a eficiência do Sistema Integrado de Informações Municipais – SIIM Jundiaí, mantendo os cadastros atualizados para melhorar cada vez mais a transparência e a prestação de serviços públicos. O foco não é quantitativo, mas qualitativo, como investir em propostas de utilização de inteligência artificial para agilizar os serviços.

**6. Faz parte do seu Plano de Governo a manutenção preventiva visando os prédios públicos, sistema viário, obras de arte e prevenção de enchentes?**

RESPOSTA: O cuidado com a infraestrutura e equipamentos públicos, desde o sistema viário a edifícios, faz parte de uma boa gestão. Por isso, pretendo tornar a zeladoria municipal mais

eficiente. Jundiaí possui um Plano Municipal de Drenagem e também estão contemplados, no Plano Diretor, mecanismos de prevenção de permeabilidade do solo em novas construções, além da prevenção de emergências climáticas. Vamos reforçar também os investimentos em ações da cidade-esponja, que é uma cidade que tem a capacidade de integrar a gestão da água urbana nas políticas e projetos de planejamento urbano. Além disso, a manutenção preventiva das obras e prédios é essencial.

A prevenção de enchentes também é parte do Plano de Governo com ações previstas no enfrentamento à crise climática e convergente com a política da infância na cidade que prevê ações de desenvolvimento urbano, zeladoria e cuidado com as áreas de risco. Exemplos: implantar metas e monitorar o plano de arborização urbana, incorporar jardins de chuva, onde couber, nos projetos e obras de drenagem, implantar “áreas alagáveis” como parques para diminuir a velocidade de escoamento da água, entre outros.

## **7. Quais ações pretende implementar para melhorar a mobilidade e acessibilidade em nosso município?**

RESPOSTA: As prioridades estão estabelecidas a partir do Plano Municipal de Mobilidade Urbana combinadas com o plano de desenvolvimento para o desenho urbano da cidade. De acordo com as diretrizes do urbanismo focado nas pessoas, de sermos uma cidade preparada para as mudanças climáticas e de enfrentarmos questões de segurança viária e diminuição de mortes no trânsito, é preciso “mudar a chave” e redesenhar a cidade, considerando seus aspectos naturais, como os rios e áreas verdes, para nortear o desenho das

ruas, priorizando as calçadas e não o fluxo e a velocidade de veículos, a arborização urbana e alternativas que incentivem a habitação como área de uso misto, onde as pessoas possam acessar os comércios, serviços cotidianos e áreas de lazer a pequenas distâncias a pé (cidade compacta dos 15 minutos), além de implantação da rede cicloviária, conforme o Plano de Mobilidade – Lei 9.752/2022.

Todos os projetos devem considerar o desenho universal para promover acessibilidade a todos, alcançando uma escala extensa de habilidades e características individuais, que envolve a participação efetiva da sociedade organizada, como Conselhos comunitários e de entidades como a AEJ, OAB, IAB.

Temos ações em andamento como o prolongamento da Av. Frederico Ozanan, com ciclovia e calçadas acessíveis, temos a nova concessão do transporte público que vai melhorar bastante a qualidade do serviço. Além dos complexos viários da Região Sul e do Córrego das Valquírias, que foram entregues.

A Prefeitura de Jundiaí tem um pacote de investimentos nos projetos prioritários pelo Plano Municipal de Mobilidade Urbana, como, por exemplo, a duplicação da Av. Luiz Zorzetti, o prolongamento da Av. dos Ferroviários, entre outras que estão previstas para serem iniciadas a partir de 2025.

- 8. Nosso município é uma APA – Área de Proteção Ambiental desde 1984, regulamentada pelo Decreto 43.284 de 1998, cujo conteúdo, a nosso ver, é bom, contudo, necessitando ser atualizado por um Plano de Manejo previsto pela legislação federal desde o ano**

**2000. Esta é uma ação que depende do Estado. Como pretende tratar deste tema em sua administração?**

RESPOSTA: Em 2022, atuamos fortemente para viabilizar a Resolução SIMA nº 122/2022, que visou compatibilizar e estabelecer uma única interpretação entre o órgão gestor e licenciador para aplicação efetiva do Decreto Estadual 43.284/98, em especial para estabelecer procedimentos técnicos e administrativos sobre as Zonas de Vida Silvestre, Conservação Hídrica e Restrição Moderada a jusante da área urbanizada de Jundiaí.

Por exemplo: instituiu roteiros para os projetos de sistema equivalente de absorção de água no solo de acordo com os objetivos das zonas como o de contenção de enchentes (Restrição Moderada) e o de proteger e conservar a qualidade e quantidade dos recursos hídricos utilizados para o abastecimento (Conservação Hídrica).

O Plano de manejo é previsto na Lei 9.985/2000 (SNUC) e, se ele pode contribuir para a melhor aplicação das diretrizes e regras previstas no Decreto nº 43.284/98, que regulamentou as APAS de Jundiaí e Cabreúva, e vamos insistir junto ao Governo do Estado para viabilizar a sua elaboração.

**9. O que pretende fazer para incentivar a construção de moradias para população de baixa renda?**

RESPOSTA: A Política Municipal de Habitação de Interesse Social foi reformulada a partir dos conceitos que foram extraídos do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade, para dar mais agilidade na implantação de moradias populares na cidade. Também

disponibilizamos um banco de terras, ou seja, a Prefeitura vai estimular o uso do banco de terras para poder fazer parcerias com o Governo Federal e o Governo Estadual na implantação, principalmente, do Minha Casa, Minha Vida, e do Casa Paulista. Além disso, reforçamos os mecanismos de regularização fundiária, que ajuda muito a viabilizar moradias. Também buscamos recursos junto ao governo do Estado para reformar 400 moradias no novo Horizonte, por meio do Programa Viver Melhor.

Temos, também, 1.400 Unidades Habitacionais de Interesse Social previstas em várias regiões da cidade, como São Camilo, Fazenda Grande, Traviú e Meias Aço.

Há também diretrizes para implementação ou evolução de ações como a construção ou reforma de edifícios para serem utilizados como moradia, sendo a propriedade pública e estabelecendo contrato de aluguel social. Contudo, para a efetivação das ações, nós precisamos construir, como eu disse, a viabilidade política e vamos continuar a articulação pela busca de recursos junto aos governos federal e estadual.

**10. O tema Mudanças Climáticas ganhou proporções de ordem mundial e hoje, inclusive, está previsto em nosso Plano Diretor. Como pretende tratar deste tema em sua administração?**

RESPOSTA: Combinado à Política da Infância, nós temos um plano de ação para cuidar do microclima, principalmente no entorno das escolas municipais, plantando árvores por meio do programas Pé de Árvore e Pé da Infância, fazendo jardins de chuva e melhorando aquele ambiente onde as crianças usam frequentemente.

Naturalmente, a ideia é expandir esse conceito para toda a cidade. Conforme previsto também no atual Plano Diretor - Lei 10.177/2024, há um capítulo dedicado à Política Municipal de Mitigação das Mudanças Climáticas, com a previsão de diretrizes, objetivos e ações a serem implementadas, dentre elas a arborização urbana, implantação de ciclovias e ciclofaixas, aumento da permeabilidade do solo, como já citadas, além da melhoria do transporte coletivo, da qualidade do ar, das condições das calçadas, entre outras. Será necessário priorizar algumas ações e estabelecer um plano de ação para o prazo de 04 anos de governo para que saiam do papel. Temos ações em várias regiões, como o Jardim São Camilo, Balsan, Jardim Sorocabana... Como eu disse anteriormente, os jardins de chuva também atuam nesse sentido, como, por exemplo, o implantado no Jardim Guanabara, que pretendemos instalar em outros pontos da cidade. Também temos o Plano Municipal de Arborização, que promove o plantio de árvores nas calçadas em frente aos imóveis habilitados. Já foram plantadas 1,3 mil exemplares nos bairros Novo Horizonte, Alvorada, Vila Liberdade, Vila Progresso, Ponte São João, Torres de São José, entre outros.

**11. A AEJ participa ativamente de diversos Conselhos Municipais. É sabido que em revisões/alterações do Plano Diretor, obrigatoriamente o COMDEMA e o CMPT devem ser ouvidos. A partir de um trabalho voluntário, a sociedade civil se envolve no processo e, com grande frequência, vê que os pareceres elaborados por estes conselhos não são acatados. Como você pretende tratar deste tema?**

RESPOSTA: O histórico e atuação dos Conselhos Municipais, em Jundiaí, são bastante significativos e respeitados. Acredito que vivemos num processo constante de evolução de governança que envolve a participação social na tomada de decisões que visam o bem-estar da coletividade. É preciso estabelecer um ambiente de confiança entre os envolvidos para que a formulação de políticas públicas, sua implementação e monitoramento sejam efetivados de maneira aprofundada e saudável, próxima da realidade e afastada de ideologias.

Em algumas situações, é necessário ponderar fatos que envolvem a responsabilidade direta do poder executivo, representado pelo prefeito eleito pela população, mas o papel dos Conselhos é fundamental como, por exemplo, em iniciativas de propostas, além de fiscalização na implementação de ações da Administração como o acompanhamento do desenvolvimento de projetos de estradas-parque que precisa avançar.

Gostaria de contar com a colaboração das entidades e coloco-me à disposição para um diálogo constante na direção de um entendimento e entusiasmo na participação nos Conselhos.